

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
PERCEPÇÕES CURRICULARES DE UM CURSO TÉCNICO INTEGRADO***PHYSICAL EDUCATION IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION:
CURRICULAR PERCEPTIONS OF AN INTEGRATED TECHNICAL COURSE*¹Fabiana Alves Da Silva.²Alexandre Santos de Oliveira.¹Instituto Federal de Rondônia. E-mail: fabiana.silva@ifro.edu.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5061-2791>²Instituto Federal de Sergipe. E-mail: olialx@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6984-0855>

Artigo submetido em 05/08/2021, aceito em 18/09/2024 e publicado em 18/02/2025.

Resumo: Este estudo surgiu a partir das reflexões desenvolvidas pela autora durante sua pós-graduação. O objetivo geral foi compreender como o componente curricular de Educação Física vem sendo desenvolvido no ensino médio integrado, tendo como recorte o Curso Técnico em Biotecnologia ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia *Campus* Guajará-Mirim. Para isso, foi conduzida uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. Os resultados indicam que a Educação Física na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se destaca como um componente curricular voltado para a promoção da saúde, com o esporte sendo o principal conteúdo utilizado para alcançar esse objetivo. Podemos concluir, conforme demonstrado por diversos estudos, que a Educação Física ocupa um papel essencial no currículo escolar, especialmente por sua contribuição para a promoção da saúde. O esporte, como ferramenta principal, reflete uma crescente preocupação com questões como o sedentarismo e as doenças associadas à falta de movimento, além de seus impactos na qualidade de vida. No entanto, a Educação Física pode ir além de seu papel de promoção da saúde, desempenhando um papel ainda mais relevante ao incluir discussões que envolvam as esferas política, histórica, cultural, social e econômica. A compreensão do movimento corporal é moldada por essas interações, e promover a Educação Física como uma política pública de saúde é válido, mas seu impacto pode ser ampliado ao incentivar debates que conectem o corpo e o movimento a questões sociais mais amplas.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica; Educação Física; Ensino médio integrado; Institutos Federais.

Abstract: This study emerged from reflections developed by the author during her postgraduate studies. The main objective was to understand how the Physical Education curriculum component has been developed in integrated high school education, focusing on the Biotechnology Technical Course at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Rondônia, Guajará-Mirim Campus. To achieve this, a qualitative research of

bibliographic and documentary nature was conducted. The results indicate that Physical Education in Professional and Technological Education (EPT) stands out as a curriculum component aimed at promoting health, with sports being the primary content used to achieve this goal. We can conclude, as demonstrated by various studies, that Physical Education plays an essential role in the school curriculum, especially due to its contribution to health promotion. Sports, as the main tool, reflect a growing concern with issues such as sedentarism and diseases associated with lack of movement, as well as their impacts on quality of life. However, Physical Education can go beyond its role in health promotion, playing an even more significant role by incorporating discussions that engage political, historical, cultural, social, and economic spheres. The understanding of bodily movement is shaped by these interactions, and promoting Physical Education as a public health policy is indeed valid, but its impact can be expanded by encouraging debates that connect the body and movement to broader social issues.

Keywords: Professional and Technological Education; Physical Education; Integrated High School; Federal Institutes.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de educação almejado pela sociedade brasileira está contido, principalmente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997). Ambos expressam uma intenção de educação para a formação cidadã, voltada para atuação crítica e criativa em todas as dimensões da sociedade, com vistas ao exercício da autonomia e da liberdade. Assim, cabe ao professor traduzir essas intenções almejadas em ações concretas em sala de aula, com práticas pedagógicas coerentes com o propósito requisitado pela sociedade. Para tanto, o professor deve utilizar recursos e atividades que aproximem o educando, em formação, dos objetivos desejados.

O referencial que tem orientado a atuação pedagógica na hodiernidade é diversificado e requer o desenvolvimento das potencialidades humanas, em sua diversidade e riqueza, com vistas ao acesso às condições de produção do conhecimento e da cultura, bem como do entendimento das relações do ser humano com a natureza, a cultura e a sociedade. Nessa perspectiva, a Educação Profissional e tecnológica (EPT) incrementa ainda as relações com a dimensão do trabalho.

No cenário brasileiro recente, ocorreu expansão em larga escala da formação profissional e tecnológica. Na última década, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica alcançou o seu centenário e a implementação dos Institutos Federais representa este processo de consolidação. Nesse contexto, a Educação Física exerce um papel que merece atenção, pois, apesar da relação Educação Física e EPT ser imbricada desde o início do processo de construção da rede de EPT, poucos estudos retratam essa relação. Estudos nessa vertente são importantes, pois possibilitam a compreensão do papel da Educação Física na EPT.

Historicamente, a construção da identidade da Educação Física no contexto escolar foi permeada por muitos embates e disputas. Assim, as perspectivas teóricas metodológicas que predominam o projeto de formação para a Educação Profissional e sua relação com a Educação Física são voltadas a atender as necessidades do sistema dominante, que é o capitalista. Tal fato, colabora para o desenvolvimento de um projeto de formação na perspectiva unilateral e limita a perspectiva de desenvolvimento dos estudantes. Neste contexto, içamos a seguinte questão: Como o componente curricular Educação física vem sendo desenvolvido na Educação Profissional e tecnológica?

Para responder o questionamento feito, delimitamos como objetivo geral: Compreender como o componente curricular Educação Física vem sendo desenvolvido no ensino médio integrado. Para tanto, delimitamos dois objetivos específicos, sendo: A) Entender, por meio de análise documental, como o componente curricular Educação Física vem sendo operacionalizado no Curso Técnico em Biotecnologia ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – *Campus* Guajará-Mirim; B) Estudar, por meio de análise documental e bibliográfica, aspectos históricos da EPT e da Educação Física.

A fim de chegar a tal intento, realizou-se uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, que se relacionou com as análises de produções pertinentes ao objeto da pesquisa, o que possibilitou a identificação de subsídios para a compreensão dos elementos postos. Assim, além de permitir o levantamento de pesquisas relacionadas ao tema estudado, a pesquisa bibliográfica também possibilitou o aprofundamento teórico que norteia a pesquisa. A pesquisa documental, por sua vez, explorou o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso Técnico em Biotecnologia ao Ensino Médio do IFRO – *Campus* Guajará-Mirim e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da mesma instituição.

Ao analisar a relação entre Educação Física e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é fundamental reconhecer que não existe uma única forma de conceber a atuação da Educação Física nesse contexto. Isso se deve à constituição histórica tanto da identidade da Educação Física quanto da EPT. Nesse sentido, a Educação Física deve estabelecer um diálogo efetivo com os princípios fundamentais da EPT, que visa à formação de cidadãos críticos e criativos, abrangendo as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia. Embora a Educação Física seja tradicionalmente associada à promoção da saúde e ao esporte, seu potencial de contribuição pode ser ampliado ao incorporar discussões que conectem o movimento corporal a aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos, alinhando-se mais de perto com os objetivos integradores da EPT.

2 IDENTIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Ao longo do tempo, a Educação Física foi influenciada por várias concepções, como a militarista, a higienista e a esportivista. A visão militarista, por exemplo, seguia uma filosofia rígida, em que o foco estava na disciplina dos corpos dos alunos, deixando de lado os aspectos educacionais (Ghiraldelli, 1988). Já a abordagem higienista, fortemente influenciada pela medicina e pela eugenia, enfatizava a importância da higiene e dos hábitos saudáveis, buscando o desenvolvimento físico e moral por meio do exercício (Ghiraldelli, 1988). Por outro lado, a concepção esportivista dava ênfase ao treinamento voltado para o desempenho e a melhoria das habilidades motoras, fazendo do esporte e da saúde temas centrais, principalmente para preparar futuros atletas (Ghiraldelli, 1988). Essas diferentes visões mostram como a Educação Física pode ser entendida de formas variadas, dependendo dos objetivos e contextos em que é aplicada.

Assim, diversas propostas foram elaboradas ao longo do tempo, buscando identificar a “melhor” Educação Física para o contexto escolar. Além das concepções militarista, higienista e esportivista, também surgiu a abordagem desenvolvimentista, que se destaca por focar no desenvolvimento motor dos alunos. Essa perspectiva tem como objetivo oferecer, especialmente aos alunos do ensino fundamental, a experimentação do movimento de maneira adequada à sua maturação biológica, promovendo um desenvolvimento motor equilibrado. Baseada na psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, a abordagem desenvolvimentista tem em Go Tani (1988) um de seus principais expoentes, propondo uma prática pedagógica que respeita as fases do desenvolvimento infantil e promove o movimento como meio para o crescimento físico, cognitivo e emocional dos estudantes.

A psicomotricidade é outra abordagem que ganhou importância em 1970 e 1980. Seu objetivo foi utilizar a educação física como forma de auxiliar o ensino de outras disciplinas escolares, utilizando-a como instrumento, sem especificá-la. Este método pedagógico ainda é amplamente utilizado e é daí que decorre a abordagem desenvolvida pelo professor João Batista Freire, que também merece ser sublinhado. Freire (1989) voltou seu foco mais especificamente para a cultura infantil e tem por base teórica os estudos de Jean Piaget.

O professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Elenor Kunz, apresentou em 1991 uma proposta com uma visão crítica da realidade, denominada teoria crítico-emancipatória e se baseia nas obras de Paulo Freire e Merleau-Ponty, entre outros. O objeto desta proposta é o movimento humano, através do qual seres humanos se comunicam com o mundo, e tem como objetivo desenvolver a capacidade dos alunos de analisar e criticar o que lhes é imposto. Essa abordagem utiliza as interações sociais e a linguagem do movimentar pelo mundo como principais ferramentas, privilegiando os aspectos de saber fazer, saber sentir e saber pensar.

Em 1992, um grupo de autores apresentou uma proposta chamada crítico-superadora. Como o próprio nome sugere, essa teoria se baseia no paradigma educacional da sociedade capitalista, com uma visão crítica pautada em ideias marxistas. Nessa proposta, o objeto de pesquisa da Educação Física é a cultura corporal, que inclui manifestações como dança, ginástica, capoeira, jogos e esportes, mas sem enfatizar a técnica em si. O trabalho desse coletivo de autores se materializou na obra Metodologia do ensino da educação física. A cultura corporal rompe com a perspectiva seletiva e exclusiva, dando a todos o direito de acesso e apontando a inclusão e a diversidade com princípios didáticos (Soares et al., 1992).

Já a Abordagem Educação Física Plural, entende o movimento humano como uma técnica física culturalmente construída e definida pelas características de um determinado grupo social, portanto, trata cada gesto como uma técnica corporal. Sua função é fazer com que as diferenças entre os alunos sejam percebidas: seus movimentos, expressões, história de vida com ênfase na personalidade, independentemente do ser "certo" ou "errado". Além de ensinar esportes, também considera como os alunos lidam culturalmente com a ginástica, luta, dança e várias formas de expressão da cultura física. Esta abordagem tem Jocimar Daolio (1995) como seu maior representante.

Posto isto, certamente não temos uma única educação física, muito menos uma educação física verdadeira, mas múltiplos conceitos de disputa pela hegemonia. Em Bracht (2003), compreendemos que a educação física é uma construção histórica, que passou por lutas para o reconhecimento de hegemonias. Dessa forma, o que deveria ser determinado pela essência, natureza e verdade tornou-se agora uma escolha política. A escolha não é isenta de pressões e riscos, pois sempre é realizada em relações de poder. Nessa lógica, ao se discutir o papel da Educação Física na EPT, mesmo que seja apenas uma discussão breve, sua história deve ser observada.

Podemos concluir que, a partir da realidade analisada, a Educação Física na EPT se configura como um componente curricular voltado para a promoção da saúde, e o esporte é o conteúdo mais utilizado para atingir esse objetivo.

3 BREVE HISTÓRICO DA EPT

Historicamente, a relação entre educação básica e educação profissional no Brasil foi de dupla natureza. Até o século XIX não existe registro de um plano sistemático que possa ser classificado como um campo de educação profissional. O que existia naquela época era uma educação em tempo integral para a elite, com o propósito de cultivar futuros líderes (Moura, 2007).

A origem da educação profissional pode ser rastreada em 1809, quando príncipe regente D. João VI criou o colégio das fábricas. Ao longo do século XIX, as instituições, principalmente no âmbito da sociedade civil voltadas para ensino inicial, tiveram suas atividades voltadas para as crianças pobres, órfãos e pessoas abandonadas, ou seja, os desfavorecidos (Brasil, 2007). Portanto, a educação profissional no Brasil tem suas raízes em uma perspectiva subsidiária, que visava apoiar os órfãos e outros pobres, ou seja, atender os que não tinham condições sociais satisfatórias.

No início do século XX a educação profissionalizante no país ganhou um novo objetivo, mudando de um foco explícito da ajuda humanitária, da assistência a menores abandonados e órfãos, para a preparação de trabalhadores para a prática profissional. Por isso, em 1909, o Presidente Nilo Peçanha fundou a Escola de Aprendizes e artífices, voltada especialmente para os pobres (Brasil, 2007). O estabelecimento dessas escolas é um testemunho de um passo importante no sentido de mudar a educação profissional. A partir daí houve uma ampliação do escopo de atuação para atender às necessidades emergentes de empresas dos setores agrícola e industrial. Assim, as décadas de 1930 e 1940 foram caracterizadas por grandes mudanças políticas, econômicas e educacionais na sociedade brasileira.

Foi neste momento histórico, como aponta Moura (2007), que o Brasil fortaleceu uma nova burguesia industrial para substituir os oligarcas cafeeiros profundamente influenciados pela crise da cafeicultura na década de 1920 e o colapso da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Esse processo de industrialização e modernização das relações de produção exigiu que os líderes se posicionassem de maneira mais eficaz na educação nacional. Como parte da resposta a esses pedidos, vários decretos foram emitidos para padronizar a educação nacional.

Após a Reforma Capanema a educação brasileira denominada regular ficou estruturada em dois níveis, educação básica e superior. A educação básica foi dividida em duas etapas: o curso primário e o secundário, subdividido em ensino fundamental e médio. O aspecto profissional, a última parte do ensino médio, foi consistindo em normal, técnico industrial, técnico comercial e agrotécnico. Todos no mesmo nível e duração do ensino médio, mas não qualificado para o ensino superior. Foi neste contexto, por meio exames de adaptação, que houve a primeira possibilidade aproximação entre os cursos propedêuticos e profissionalizantes (BRASIL, 2007).

Segundo Moura (2007), outra etapa da grande ascensão política na educação nessa época foi a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada na Assembleia Nacional em 1948, durante a redemocratização do país, pós estado novo. No entanto, a LDB só entrou em vigor em 1961.

Nesse período, duplos interesses permearam as discussões sobre educação no Brasil. De um lado, estavam os setores populares e populistas que solicitavam a expansão da rede escolar gratuita (fundamental e médio) e a equivalência entre escola secundária propedêutica e profissional. De outro lado, estavam os setores relacionados à classe hegemônica que exigiram redução das ações da sociedade política nas escolas e acreditavam que a educação deveria ser realizada principalmente em escolas privadas. Para eles, as escolas públicas deveriam fornecer suplementos para aqueles que não estavam dispostos a deixarem seus filhos irem à escola particular (Brasil, 2007).

Foi neste contexto de conflito que surgiu a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, por um lado, deu liberdade de ação ao setor privado nesta área, mas, por outro, deu plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível, sem a necessidade de exames e testes de conhecimentos pretendendo a equiparação. Esse fato acabava formalmente com a dualidade do ensino (Moura, 2007).

É preciso enfatizar, como bem nos lembra Moura (2007), que essa dualidade só terminou oficialmente. Os currículos continuaram a manutenção e perpetuação da dualidade educacional histórica. O ensino voltado para a continuação dos estudos em um nível superior e, portanto, voltado para a elite, continuou a privilegiar o conteúdo que era necessário em processos seletivos de acesso ao ensino superior, ou seja, ciência, letras e artes. Ao mesmo tempo, nos cursos profissionalizantes, estes conteúdos foram reduzidos e focados para as necessidades imediatas do trabalho.

Foi nesse contexto de disputas que a educação brasileira chegou a década de 1970. Em 1971, sob o regime militar, ocorreu uma profunda reforma do ensino fundamental, promovida pela Lei nº 5.692 / 71 - Lei da Reforma Educacional dos Graus I e II - que buscou estruturar o ensino médio brasileiro como profissionalizante para todos. No entanto, os projetos de desenvolvimento do governo militar estavam centrados no novo estágio de industrialização subordinada, que exigia mão de obra qualificada (técnicos de nível médio) para atender ao grande crescimento econômico, conhecido como o milagre brasileiro. Portanto, a escolha política desse governo, com base em seu modelo de desenvolvimento econômico fortalecido, foi responder de forma diferente às necessidades educacionais das massas. Então, utilizou-se da formação técnica de segundo nível para garantir a inserção no mercado de trabalho, em plena expansão devido ao alto ritmo de desenvolvimento (Brasil, 2007).

No entanto, na realidade, a inserção era limitada ao domínio público, principalmente nos sistemas de ensino estadual e federal. Ao mesmo tempo, na maioria dos casos, as escolas particulares continuaram oferecendo cursos profissionalizantes específicos para ciências, literatura e arte, voltados para o atendimento à elite. Diante dessa situação, grande parte dos filhos da classe média migraram de escolas públicas para escolas privadas em busca de garantir o treinamento para que eles pudessem continuar os estudos em nível superior. Esse movimento contribuiu para a desvalorização das escolas públicas, uma vez que a classe média exercia algum poder junto ao governo (Brasil, 2007).

Nesse processo, a especialização obrigatória foi desaparecendo gradualmente, de modo que, no final da década 80 e na primeira metade dos anos 90, após a promulgação da Constituição Federal em 1988, e após a implementação da nova LDB, a Lei nº 9.394 / 1996, quase não existia o segundo grau profissionalizante no país, com exceção das Escolas Técnicas Federais - ETF, das Escolas Agrotécnicas Federais - EAF e em alguns sistemas de ensino estaduais, como aponta Moura (2007).

No estabelecimento da Segunda LDB (Lei nº 9.394 / 1996), o país estava saindo da ditadura e tentando se reconstruir. No campo da educação, a principal polêmica permaneceu, onde o conflito entre aqueles que são a favor da escola pública, gratuita, laica e de qualidade para todos, independentemente das condições socioeconômicas e étnicas, racial etc., e os que eram defensores da subordinação dos direitos sociais em geral, e principalmente da educação na lógica da prestação de serviços perante o argumento de que o Estado deve ser diminuído, pois gasta muito e não faz nada direito. A lógica do mercado prevaleceu nesse embate, e o setor privado passou a se mover livremente em todos os níveis de ensino, essa “vitória” foi garantida pela Constituição Federal de 1988 e aprovado pela nova LDB (Moura, 2007).

Especialmente sobre a relação entre os estágios finais Educação básica (ensino médio atual) e educação profissional, a dualidade ressurge. Por um lado, apresenta-se a defesa da formação profissional integrada com o segundo grau nos aspectos humanos, científicos e tecnológicos incluídos na primeira minuta da Lei LDB. Nessa proposta, a função do segundo grau estaria voltada para a recuperação da relação entre conhecimento e prática de trabalho. Portanto, sua visão era fornecer aos alunos o conhecimento básico de várias tecnologias utilizadas na produção, contrapondo ao treinamento das tecnologias voltadas para produção (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005).

Segundo Moura (2007), essa perspectiva de formação integral foi se desvanecendo gradativamente, devido à já mencionada interdependência de forças entre a educação pública e a educação privada. Assim, o texto foi finalmente aprovado pelo Congresso Nacional em 1996, mais uma vez proporcionou a perpetuação da dualidade entre a última fase do ensino médio integrado a educação profissional. O texto da nova LDB é minimalista e ambíguo, especialmente no que se refere a relação entre ensino médio e formação profissional. No texto o ensino médio é voltado para a educação básica e a educação profissional ficou em outro capítulo, constituída por três artigos.

O Decreto nº 2 208/97 retorna ao ensino médio do ponto de vista puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, separados compulsoriamente do ensino médio, foram oferecidos dois caminhos. Um deles está acompanhando o ensino médio em que o aluno pode fazer o ensino médio e um curso técnico ao mesmo tempo, mas com matrículas e currículos diferentes e ambos os cursos podem ser realizados na mesma instituição ou em outras instituições. A segunda forma é sequencial, destinada a quem já se formou no ensino médio (Brasil, 2007).

Junto com o decreto no. 2 208/97, que fundou a reforma da educação profissional, o governo federal negociou um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar esta reforma como parte integrante privatização do Estado brasileiro em linha com as políticas neoliberais, determinado a partir de países capitalistas hegemônicos, agências multilaterais de financiamento e grandes corporações transnacionais (Moura, 2007).

A lógica de privatização, que foi transferiu parte significativa do patrimônio público nacional para a iniciativa privada a baixo custo, estava excepcionalmente alinhada com a lógica neoliberal que a patrocinou. Na mesma direção, a Portaria nº 646/97 determinou que, a partir de 1998, as vagas em cada instituição federal de ensino superior técnico seriam de até 50% das vagas oferecidas para cursos técnicos do ensino médio naquele ano. Portanto, essa portaria determinou a diminuição da oferta de ensino médio no país. Tal medida prevaleceu até 1º de outubro de 2003, quando houve a revogação, por meio da portaria 2.736 / 2003, no início do governo Lula (Moura, 2007).

Percebe-se que toda a situação do final da década de 1990 impactou fortemente todos os níveis de ensino do Brasil. No que diz respeito ao ensino básico, a síntese forneceu a explicitação legal para a dualidade entre o ensino médio e a formação profissional, com todas as suas implicações.

No entanto, em 2003, com o início do novo governo federal, diversas discussões ganharam forma, e eram voltadas para a concepção de uma educação uniforme e universal destinada a superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica, focada no campo do conhecimento científico sobre diferentes técnicas que caracterizavam o moderno processo produtivo de trabalho (Saviani, 2003), sem no entanto recorrer ao sentido estrito da formação profissional, ou seja, sem formar profissionais em cursos técnicos específicos.

Para Moura (2007), essas discussões levaram a reflexões importantes. Uma solução transitória e real foi uma modalidade de ensino médio que garantia a integridade da educação básica, ou seja, levando em consideração o aprofundamento do conhecimento científico, historicamente produzido e acumulado pela sociedade, bem como objetivos adicionais de formação profissional na perspectiva de integração dessas dimensões.

Foi dessa convergência mínima entre os principais temas abordados nesta discussão que surgiram os fundamentos do Decreto nº 5.154/04. Este instrumento legal, além da manutenção de ofertas paralelas e subsequentes dos cursos técnicos, instituída pelo Decreto nº. 2.208 / 97, teve a grande vantagem de desfazê-lo e reintegrá-lo ao ensino médio, numa

perspectiva não inteiramente confundida com o ensino técnico ou politécnico, mas que tinha princípios de sua construção (Brasil, 2007).

Nesse sentido, diversas iniciativas governamentais possibilitaram a expansão dessa convergência entre ensino médio e ensino técnico. Uma delas foi o projeto de lei 919/2007 encaminhado pelo Poder Executivo à Assembleia Nacional, que incorporou o conteúdo do decreto nº 404. 5.154/2004 e 5.840/2006 que, entre outros temas, abriram escolas de ensino médio integrado para jovens que concluíram o ensino fundamental e ingressaram no ensino médio, bem como para o público da educação de jovens e adultos.

4 IDEALIZAÇÃO E EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

A última fase da política nacional da EPT teve início em 2003, no governo Lula, quando houve uma mudança de paradigma a partir de quatro princípios. O primeiro é que o ensino integrado deveria ser mais do que um treinamento para a inserção no mercado de trabalho. O segundo princípio trata de que todo IF deveria ter uma organização pedagógica vertical - ou seja, do ensino básico ao superior. Assim, professores poderiam trabalhar em diferentes níveis de ensino e os alunos iriam compartilhar melhores espaços aprendizagem (como laboratórios mais modernos, por exemplo), o que iria possibilitar trajetórias de formação do curso técnico ao doutorado. O terceiro, por sua vez, seria a necessidade de criar vários amplificadores e uma estrutura autônoma para os IFs. Portanto, a questão é que a definição de uma estrutura multicampi e autônoma, de modo que cada unidade pudesse intervir nas suas regiões, identificar problemas e criar soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Por fim, o quarto princípio seria de que a expansão dos IFs serviria de suporte para implementação e ampliação de outras políticas públicas, como atendimento da educação de jovens e adultos (EJA), educação a distância (EaD), cursos de formação técnica continuada e cursos técnicos subsequentes, entre outros (Brasil, 2011).

Sob esse viés, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram instituídos pela lei nº 11.892, em dezembro de 2008, com base na capacidade instalada da Rede Federal de Educação Tecnológica, que naquela época compreendia os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), as Escolas Técnicas Federais (ETFs), as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e as Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais. De acordo com a referida lei, os IFs são instituições de ensino superior, básica e profissional e tem como especialidade ofertar educação técnica e tecnológica. Portanto, sua finalidade vai desde a oferta de cursos técnicos, tecnológicos e pós-graduação, com uma contribuição voltada para o desenvolvimento socioeconômico das regiões do território brasileiro que estão à margem. (Brasil, 2008).

Atualmente, de acordo a plataforma Nilo Peçanha, tendo como base de referência o ano de 2019, no Brasil existem 653 unidades dos IFs, com a oferta de 10.888 cursos, nas mais diversas modalidades, e mais de 1 milhão de matrículas. Essa expansão foi resultado de uma mudança de paradigma durante o governo Lula, com a expectativa de que a expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) servisse como uma nova expressão de uma política de redução das desigualdades sociais e territoriais.

O estado entende os IFs do ponto de vista de sua contribuição para o processo de modernização e desenvolvimento do país, qualificando cidadãos com a formação profissional e técnica e integrando-os no mercado de trabalho, tendo em consideração as organizações produtivas e os aspectos sociais e culturais locais.

5 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

Promover a formação profissional, científica e tecnológica de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e ambiental sustentável é a missão do Instituto Federal de Rondônia (IFRO, PDI, 2018). De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) o IFRO conta com 9 campi espalhados pelo estado e um em implantação. O IFRO oferece diversos cursos integrados, subsequentes e concomitantes ao ensino médio. Em nível superior, oferta cursos tecnólogos, bacharelados, licenciaturas, bem como pós-graduações *latu sensu*. Em 2018, iniciou também a oferta da pós-graduação *strictu sensu*, em rede, em Educação Profissional e Tecnológica.

Das 10 unidades do IFRO, 8 estão localizadas no interior do estado. Assim, a instituição alicerça sua visão, que é “Consolidar a atuação institucional, sendo reconhecido pela sociedade como agente de transformação social, econômica, cultural e ambiental de excelência.” (IFRO, PDI, 2018, p.36). A expansão do IFRO em diversas regiões do estado tem contribuído significativamente para torná-lo uma instituição efetiva de desenvolvimento econômico, regional e social, da qual a educação, a ciência e a tecnologia são elementos estruturantes.

O IFRO se introduz no estado de Rondônia como uma instituição de grande representatividade para demandas da sociedade. Essas demandas não se limitam ao fator econômico, mas também incluem questões ambientais, sociais e culturais. Uma de suas linhas de atuação está focada em fortalecer os Arranjos Produtivos Locais (APLs) que, junto com outras, visa estimular o empreendedorismo em novos negócios, inovação e resolução de problemas gerais na região (IFRO, PDI, 2018).

A microrregião de Guajará-Mirim se caracteriza por peculiaridades socioeconômicas e culturais diferenciadas das demais microrregiões do estado de Rondônia, uma vez que está localizada em região fronteira. Outro fator que caracteriza essa microrregião é a extensa área protegida, pois o município de Guajará-Mirim, agraciado com o título de “Cidade Verde” em 2008, tem 91% de seu território sob a condição de Unidades de Conservação (Terras indígenas, reservas Extrativistas e Biológicas). Tais características foram determinantes para a escolha dos cursos a serem ofertados pelo IFRO campus Guajará-Mirim, de modo que atendessem as demandas da região (IFRO, PPC, 2020).

O Curso técnico em Biotecnologia integrado ao ensino médio, segundo seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), é voltado para produção industrial e se justifica pelas características econômicas, sociais e culturais da região de Guajará-Mirim. Uma vez que o município de Guajará Mirim é um grande santuário de conservação da fauna e da flora com alto potencial de exploração sustentável. Além do Curso já mencionado, O IFRO campus Guajará-mirim oferta também o curso técnico em Informática integrado ao ensino médio. Em nível superior, oferece o curso de licenciatura em Ciências com habilitação em Biologia ou Química. Conta ainda com a oferta da pós-graduação *latu sensu* em Ciências e Matemática, além de cursos a distância.

6 A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS INSTITUTOS FEDERAIS

A Educação Física está presente no contexto escolar desde 1851, após a reforma Couto Ferraz. No entanto só foi efetivada em 1882 quando Rui Barbosa realizou a modificação do ensino primário, secundário e superior e inseriu a Ginástica nos planejamentos escolares como matéria de estudo (Ramos, 1982). A emancipação desse componente curricular aconteceu a partir da promulgação da Lei 9.394/96. Nesse sentido, a LDB de 1996 foi um divisor de

águas, pois estabeleceu e assegurou a disciplina como um elemento curricular obrigatório para a Educação Básica.

No âmbito da EPT, diversos estudos apontam os panoramas de desenvolvimento da Educação Física. Silva (2014), em uma pesquisa realizada em alguns campi do Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, apontou que a educação física está sofrendo um processo de mutação para atender aos propósitos e interesses dos currículos dos cursos profissionalizantes, rompendo com a tradicional educação física esportivista, tornando-a mais teórica e voltada para o cuidado com a saúde do trabalhador no ambiente laboral.

Já Marques e Gawryszewski (2018), após um estudo realizado em dois campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Rio de Janeiro sobre o papel da educação física no ensino médio integrado, defendem em seu estudo que a abordagem crítico superadora é a que melhor se adequa ao que preconiza o ensino médio integrado. Os autores supracitados, chegaram à conclusão de que, embora haja grande esforço de organizar a disciplina de educação física no âmbito do ensino médio integrado, esta ainda é oferecida de maneira desorganizada e não muito clara, pois, assim como as demais disciplinas básicas do currículo do ensino médio integrado, a educação física esbarra na dualidade histórica da educação brasileira.

O Estudo de Resende (2009) mostra que a tendência esportiva, com ênfase nos aspectos técnico-táticos e anátomo-fisiológicos do treinamento esportivo, é fortemente prevalente nas práticas de EF de uma unidade do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Assim, as vivências corporais, como atividades rítmicas e expressivas vinculadas à dança e atividades da ginástica, não são contempladas. O princípio da diversidade parte do pressuposto de que a educação física escolar proporcione uma variedade de atividades e não apenas uma modalidade, como futebol ou basquete.

Souza Filho (2011), após analisar o contexto da Educação Física em um Instituto Federal, concluiu que há a necessidade de reformulação da disciplina de maneira que a mesma dialogue com os princípios curriculares do projeto político pedagógico (PPP) da instituição. Para tanto, o autor sugere uma ação coletiva dos professores e do respaldo institucional no intuito de transformar o perfil pedagógico da Educação Física de modo que seja possível a solidificação da mesma enquanto componente curricular, levando em consideração as atuais dimensões de sociedade, cultura, trabalho, ciência, tecnologia e educação, que são princípios norteadores propostos pelo PPP da instituição em questão.

No mesmo sentido, Boscatto e Darido (2017), ressaltam que é necessário reorganizar o planejamento de ensino dos professores a fim de seguir o que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, atendendo às atuais demandas para a atuação profissional. Para tanto, os autores sugerem que se faz necessário constatar quais são os elementos inerentes que compõem a cultural corporal de movimento e sistematiza-los com os requisitos exigidos na formação integrada à educação profissional e tecnológica.

Assim sendo, podemos perceber que a Educação Física, no âmbito da EPT, vem sendo permeada por diversas concepções e contradições. Os estudos analisados apontam para a necessidade de reorganização dos conteúdos presentes nos currículos dos cursos técnicos, pois a Educação Física ainda é permeada por concepções que fragmentam a formação humana e não contemplam a formação cidadã, requerida pela sociedade atual.

6.1 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO IFRO

Com o olhar voltado para o curso técnico em Biotecnologia integrado ao ensino médio do IFRO campus Guajará-Mirim, analisaremos como o componente curricular Educação Física se caracteriza no IFRO. A matriz curricular do referido curso contempla disciplinas do núcleo básico, núcleo politécnico e do núcleo profissionalizante, como pode-se observar no quadro 1.

Quadro 1: Matriz curricular do curso técnico em biotecnologia integrado ao ensino médio

CURSO TÉCNICO EM BIOTECNOLOGIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO – CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM						
Matriz aprovada pela Resolução n 00/2019/CONSUP/IFRO						
LDB 9.394/96, art. 24; Resoluções 3/2018 e 6/2012 do Conselho Nacional de Educação						
Carga horária do curso dimensionada para 40 semanas e 200 dias letivos ao ano						
Duração da Aula: 50 minutos						
Componentes Curriculares		Aulas Semanais			C.H.	
		1 Ano	2 Ano	3 Ano	Horas -Aula	Horas-Relógio
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	3	3	360	300
	Língua Estrangeira Moderna: Inglês	2	1		120	100
	Língua Estrangeira Moderna: Espanhol		2	1	120	100
	Arte	2			80	67
	Educação Física	2	2	2	240	200
	Matemática	3	3	3	360	300
	Física	2	2	1	200	167
	Química	2	2	1	200	167
	Biologia	2	2		160	133
	História		2	2	160	133
	Geografia	2	2		160	133
	Filosofia	1	1	1	120	100
	Sociologia	1	1	1	120	100
Total de aulas por semana – Base Nacional Comum		22	23	15		
Total da Base Nacional Comum					2400	2000
Núcleo Politécnico	Orientação para Prática Profissional e Pesquisa	1			40	33
	Empreendedorismo			2	80	67
	Introdução a informática	2			80	67
Total de aulas por semana – Núcleo Politécnico		3		2		
Total do Núcleo Politécnico					200	167

FONTE: IFRO (2020).

No Núcleo Básico encontram-se as disciplinas da Base Nacional Comum, que tratam dos conhecimentos e competências da educação básica, e devem ser planejadas e aplicadas com metodologias que as integrem aos métodos de formação profissional, no exercício da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. Já o núcleo politécnico, abrange as bases científicas gerais de apoio a invenções e soluções tecnológicas, portadores de uso geral como tecnologias da informação e comunicação, tecnologias organizacionais, saúde e segurança ocupacional, conceitos básicos sobre o sistema de produção social e a relação entre tecnologia, natureza, cultura, sociedade e trabalho. O Núcleo Profissionalizante, por sua vez, consiste em disciplinas específicas de formação técnica, estipuladas a partir do perfil do egresso.

Assim, os componentes curriculares consolidam a preparação dos alunos para o trabalho, mas não perdem de vista a preparação para a convivência em sociedade. Abrangem

conhecimentos básicos específicos que possibilitam o desenvolvimento de atividades técnicas para direcionar, monitorar e aplicar técnicas e tecnologias.

QUADRO 2: Plano de ensino da disciplina de Educação Física do curso técnico em biotecnologia integrado ao ensino médio.

SÉRIE	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	EMENTA
1º ANO	Reconhecer e compreender os elementos da cultura corporal do movimento, práticas corporais relacionadas à saúde, qualidade de vida e de rendimento, proporcionando o desenvolvimento da autonomia do aluno quanto à prática das atividades físicas e aos entendimentos de suas relações com os aspectos histórico, cultural, social, político e econômico.	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e aplicar os fundamentos do handebol e do futsal. - Desenvolver técnicas, táticas e habilidades desportivas nas modalidades em estudo. - Conhecer o funcionamento do corpo humano durante atividades de vida diária, de baixa e alta intensidade. - Conhecer as manifestações da sexualidade de forma que haja o comportamento respeitoso e ético entre os alunos. 	Iniciação às modalidades esportivas (história, noções de regras e fundamentos básicos). Vivência dos diferentes tipos de prática da cultura corporal. Conhecimento básico sobre cinesiologia, anatomia e fisiologia. Atendimento de emergência. Ética, Saúde e Orientação sexual. Jogos de Tabuleiros. Pequenos e grandes jogos. Atividades lúdicas e recreativas.
2º ANO	Sistematizar conhecimentos sobre os elementos da cultura corporal do movimento, tendo em vista a saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar fundamentos, técnicas e táticas da natação e voleibol nas práticas desportivas cotidianas. - Reconhecer problemas de saúde física decorrentes de má postura ou de erros de condução dos movimentos nas práticas desportivas e não desportivas. 	Conhecimento tático, técnico, sistemas defensivos e sistemas ofensivos das modalidades coletivas. Vivência dos diferentes tipos de prática da cultura corporal. Noções de metabolismo e nutrição. Lesões mais comuns no esporte. Meio ambiente e pluralidade cultural. Atividade física, saúde e bem-estar. Jogos de tabuleiros. Pequenos e grandes jogos. Atividades lúdicas e recreativas.
3º ANO	Sistematizar conhecimentos sobre os elementos da cultura corporal do movimento, tendo em vista a saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar fundamentos, técnicas e táticas do basquete e do futebol de campo nas práticas desportivas cotidianas. - Reconhecer as condições das respostas fisiológicas ao treinamento físico. - Conhecer o sistema respiratório. 	Noções de arbitragem das modalidades coletivas. Organização e gerenciamento das atividades físico-educativas pessoais e na comunidade. Sistema respiratório. Vivência dos diferentes tipos de prática da cultura corporal. Trabalho e consumo. Saúde e qualidade de vida (ginástica laboral, ergonomia, desvios posturais). Jogos de tabuleiros. Pequenos e grandes jogos. Atividades lúdicas e recreativas.

FONTE: IFRO (2020), adaptado pela autora.

É válido observar que entre os componentes curriculares da matriz do Curso em questão, a Educação Física está presente em todos os anos do curso e dispõe da terceira maior carga horária para realização das atividades, sendo 240 h/a distribuídas nos três anos do curso. Já o componente curricular língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Matemática contam com uma carga horária total de 300 h/a cada um. Entendemos que tal discrepância de distribuição de carga horária se dá pela preocupação com os aspectos cognitivos em detrimento dos aspectos motores, uma vez que há um entendimento equivocado de que a Educação Física compreende somente os aspectos motores, já a Matemática e o Português, os aspectos cognitivos.

Sem a intenção de generalizar essa descrição para outros universos, iremos analisar os planos de ensino componente curricular Educação Física do curso técnico em biotecnologia integrado ao ensino médio do IFRO *campus* Guajará-Mirim. Para tanto, serão observados objetivos e ementas, que podem ser observados no quadro 2, logo abaixo.

Pode-se observar que o plano de ensino dispõe de uma série de conteúdos pertencentes à cultura corporal de movimento. Na perspectiva da cultura corporal, o movimento é entendido como uma forma de comunicação com o mundo, constituinte e construtor de cultura que, no entanto, é também possibilitado por ela (Bracht, 1997). Nessa perspectiva, como bem apontam Neira e Uvinha (2009), o currículo da Educação Física deverá discutir, analisar, debater, examinar as manifestações da cultura corporal sem qualquer discriminação. Assim, conteúdos como danças, lutas, jogos, esportes, ginásticas e tantas outras produções corporais historicamente produzidas devem ser recorrentes no menu de atividades da Educação Física.

No 1º ano, podemos observar que no objetivo geral o componente curricular Educação Física preconiza que o discente reconheça e compreenda os elementos da cultura corporal de movimento para o desenvolvimento da autonomia nas esferas da história, política, social, política, cultura e econômica, tendo em observância à saúde e a qualidade de vida. No entanto, quando recorremos aos objetivos específicos notamos a presença de algumas das tradições hegemônicas da Educação Física, como a ênfase na dimensão biológica com foco na aptidão física e sua relação direta com a saúde e o desempenho, bem como a valorização da aquisição de hábitos comportamentais, onde o esporte é conteúdo predominante.

Nos ementários, pode-se notar a presença do tema transversal orientação Sexual, que abrange intervenções voltadas para o entendimento de temas como sexo, relações de gênero e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Também estão presentes as temáticas Meio ambiente e pluralidade cultural, bem como trabalho e consumo. Nos planos de ensino da educação básica os temas transversais, preconizados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), expressam conceitos e valores básicos sobre democracia e cidadania, e abordam questões importantes e urgentes da sociedade moderna.

No objetivo geral do 2º e do 3º ano, ao sistematizar conhecimentos da cultura corporal de movimento, tendo em vista a saúde, a Educação Física contempla a promoção da saúde. Sob esse viés, há uma preocupação com temas como sedentarismo e doenças hipocinéticas. Entendemos que essa preocupação se deve aos altos índices de doenças advindas da inatividade física, uma vez que, de acordo pesquisa recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,9% dos adultos brasileiros sofrem com hipertensão e 7,7% tem diabetes (IBGE, 2020).

Ao evidenciar, na ementa, conteúdos como ergonomia e ginástica laboral, o plano de ensino do 3º ano enfatiza a preocupação com a saúde no ambiente laboral do futuro egresso. Assim, entendemos que a incrementação dessa temática visa conscientizar, promover e manter a saúde, de modo que os discentes/trabalhadores tenham qualidade de vida no

ambiente de trabalho, com uma atitude saudável voltada para minimizar a má postura, o nível de estresse e as tensões musculares originadas no ambiente laboral.

Ainda no 3º ano, ao contemplar atividades voltadas para organização e gerenciamento das atividades físico-educativas pessoais e na comunidade, percebe-se que há preocupação com as práticas corporais dos discentes após a conclusão do ensino básico, uma vez que muitos deles se exercitam somente no momento da aula de Educação Física. Assim, ao promover esse conteúdo, entendemos que há o intuito de realizar intervenções teóricas e práticas voltadas para a reflexão sobre a importância da contínua prática de exercícios físicos. Tal preocupação é válida, uma vez que, de acordo com uma pesquisa do IBGE (2020), 40,3% dos brasileiros são insuficientemente ativos fisicamente.

7 CONCLUSÕES

Após realizarmos uma revisão bibliográfica e análise documental, com o objetivo de compreender como o componente curricular Educação Física vem sendo desenvolvido em um curso técnico integrado ao ensino médio, concluímos que, ao priorizar a sistematização dos elementos que compõe a cultura corporal tendo em vista a saúde, a saúde se torna elemento central das ações pedagógicas da Educação Física. Desta forma, os entendimentos das relações dos elementos da cultura corporal com os aspectos histórico, cultural, social, político e econômico são postos em um plano secundário.

Entendemos que, sob esse viés, a Educação Física não dialoga com os princípios da EPT, que preconiza a formação de cidadãos críticos e criativos nas dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia. Ao enfatizar temas de forma fragmentada, sem considerar os aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos, este componente curricular continua a perpetuar a formação descontextualizada. Assim, entendemos que o componente curricular Educação Física, no âmbito da EPT, pode proporcionar debates e reflexões que contribuam para formação global do ser humano e o movimento humano e as dimensões que o compõem deve constituir como elemento central das ações pedagógicas.

Podemos concluir que a Educação Física, conforme demonstrado por diversos estudos (Guedes et al., 2019; Soares et al., 2020), ocupa um papel essencial no currículo escolar, especialmente por sua contribuição para a promoção da saúde. O esporte, como principal ferramenta utilizada, reflete uma preocupação crescente com questões como o sedentarismo, as doenças associadas à falta de movimento e o impacto dessas condições na qualidade de vida. No entanto, a Educação Física pode ir além de seu papel na saúde. Como destaca Bracht (2017), ela tem o potencial de ser muito mais do que uma estratégia de combate ao sedentarismo. Ao incluir discussões que abrangem os âmbitos político, histórico, cultural, social e econômico, a Educação Física pode contribuir para uma compreensão mais ampla do movimento corporal, que é profundamente influenciado por essas interações. Promovê-la como uma política pública de saúde é, sem dúvida, importante, mas seu impacto pode ser ainda maior ao incentivar debates que conectem o corpo e o movimento a questões sociais mais amplas.

Ressaltamos a importância de estudos aprofundados sobre a temática em questão em outros contextos, pois a realidade analisada proporcionou reflexões sobre um panorama específico. Assim, entendemos que estudos em outras realidades contribuirão para conclusões robustas sobre a Educação Física no âmbito da EPT.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da educação superior e profissional e tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros**. Brasília: MEC, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia de Rondônia – IFRO**. 2018-2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto pedagógico do curso técnico em Biotecnologia integrado ao ensino médio do campus Guajará-Mirim**. IFRO, 2020.

BOSCATTO, Juliano Daniel; DARIDO, Suraya Cristina. A educação física no ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica: percepções curriculares. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 1, jan./mar. 2017.

BRACHT, Valter. “Educação física: Conhecimento e especificidade”. In: SOUSA, E.S. de e VAGO, T.M. (orgs.). **Trilhas e partilhas: Educação física na cultura escolar e nas práticas sociais**. Belo Horizonte: Cultura, 1997, pp. 13-23.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. 7.ed. Campinas: Papirus, 1995.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GHIRALDELLI, Paulo. **Educação Física Progressista: A pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física escolar**. São Paulo: Cortez, 1988.

KUNZ, Eleonor. **Educação Física: ensino e mudança**. Ijuí: Unijuí, 1991.

MARQUES, Guilherme de Souza; GAWRYSZEWSKI, Bruno. A educação física e suas possibilidades no ensino médio integrado. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 166-174, set. 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/25121>>. Acesso em: 14 fev. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v10i2.25121>.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, ano 23, v.2, 2007. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT09-3317--Int.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

NEIRA, Marcos Garcia e UVINHA, Ricardo Ricci. **Cultura corporal: diálogos entre educação física e lazer**. Petrópolis, RJ: Vozes. Acesso em: 06 fev. 2021.

PNS 2019: **Cai o consumo de tabaco, mas aumenta o de bebida alcoólica.** IBGE, 18 de nov. de 2020. Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29471-pns-2019-cai-o-consumo-de-tabaco-mas-aumenta-o-de-bebida-alcoolica>>. Acesso em: 08 de jan. de 2021.

RAMOS, Jayr Jordão. **Os exercícios físicos na história e na arte.** São Paulo: Ibrasa. 1982

RESENDE, Ana, Beatriz. **Educação Física no Instituto Federal do Espírito Santo -campus Itapina: percalços e possibilidades ao longo dos anos.** Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Instituto de Agronomia. Seropédica, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 8ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

SILVA, Eduardo Maerckzwski da. **A Educação Física no currículo de Escolas Profissionalizantes da Rede Federal: uma disciplina em processo de “mutação”.** Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em ciências do movimento humano da escola de educação da universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

SOARES, Carmem Lúcia *et al.* **Metodologia do ensino de educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA FILHO, Moyses de. **A configuração da educação física no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte IFRN: contexto e perspectivas atuais.** 2011. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

TANI, Go *et al.* **Educação física escolar: fundamentação de uma abordagem desenvolvimentista.** São Paulo, EPU/EDUSP, 1988.